



Vitrine ou vidraça?

Ao sediar os jogos em 2014, o Brasil tem menos de seis anos para mostrar ao mundo reformas nos campos social, político, ambiental e de infraestrutura. Os treinos mal começaram |

POR **Amália Safatle** e **Carolina Derivi**

O bonequinho de braços e pernas longas que figura no cartaz das Olimpíadas de Pequim, como um ideograma vivo, ganha uma versão menos simpática. É espancado por outro boneco em uma peça publicitária da Anistia Internacional, que denuncia a falta de liberdade de expressão, em meio a tantas outras privações e políticas autoritárias pelas quais a China se torna cada vez mais conhecida e reconhecida no exterior. Com o mote “Que todos vejam o que se joga na China”, a peça era premiada em Cannes ao mesmo tempo que a tocha olímpica percorria, aprisionada e blindada, a região do massacre do Tibete. Nada mais emblemático.

BRUNO BERNARDI



É enorme a visibilidade que megaeventos esportivos dão a um país – para o bem e para o mal. Foi assim com a Coreia do Sul, a Alemanha e, agora, a China

O esporte representa a guerra, mas também a possibilidade de se praticar combates éticos sob regras claras, o jogo limpo, o reconhecimento pacífico da superioridade do vencedor. E ainda revela, por metonímia, muito da sociedade que o pratica. Junte o esporte a eventos mundiais como a Olimpíada e a Copa do Mundo, e a riqueza de significados se multiplica. No recém-lançado livro *Veneno Remédio*, o ensaísta, músico, compositor e professor de literatura José Miguel Wisnik descreve como o futebol é um rito pelo qual o Brasil se enxerga. E assim o autor adiciona um legado a outros tantos que abordam o futebol como explicação sociológica, antropológica e até geopolítica.

A menos de seis anos de sediar uma Copa do Mundo, o País tem na sua mais completa tradução a oportunidade de se enxergar, preparar, treinar, inventar táticas, pôr em campo seus trunfos. Na busca do favoritismo quando concorria à sede, o Brasil explorou sua imagem de potência ambiental, especialmente a “marca” Amazônia. Deu certo. Até então, campo de futebol não passava de unidade para medir desmatamento. Ainda hoje não há figura mais usada. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais são traduzidos em “um campo de futebol arrasado a cada 10 segundos”. Quantos 10 segundos cabem em seis anos?

Corre o risco de a vitrine brasileira virar uma vidraça, e pior, atingida em cheio por uma bola. E a bolada não necessariamente parte de fora, como querem fazer crer as teses conspiratórias, segundo as quais o estrangeiro ameaça a soberania nacional. Na questão do desmatamento, por exemplo, o diretor-geral da Fundação Amazonas Sustentável, Virgílio Viana, escreve no artigo “Os inimigos da Amazônia estão aqui”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, que buscar vilões estrangeiros é mais cômodo e simples do que atacar internamente os problemas, por meio de um projeto nacional consistente para a região, que combata a exploração predatória por madeireiros, pecuaristas e agricultores, regularize terras, aumente a fiscalização e crie mecanismos para valorizar a floresta viva. No placar dos gols contra, estamos bem.

Não se pode subestimar o poder da mensagem e da visibilidade dos grandes eventos esportivos da atualidade – para o bem ou para o mal. Durante as Olimpíadas de Seul, em 1988, a Coreia do Sul ganhou a pecha de país atrasado, com a campanha de Brigitte Bardot, atriz e ativista dos direitos dos animais, pelo boicote aos Jogos – uma vez que os cães integram a culinária local. Por outro lado, o evento ajudou a cunhar o termo “tigre asiático” e a promover alguma familiaridade entre os consumidores de tantos produtos *made in Korea*.



O GLOBO

Durante a construção do Maracanã, em 1950, organização era a imagem que o Brasil queria projetar ao mundo. Hoje em dia, é a de responsabilidade, diz especialista

Para a Alemanha, sempre empenhada em superar a mácula do Holocausto e o estereótipo beligerante, o atentado contra a delegação israelense nas Olimpíadas de Munique, em 1972, foi um verdadeiro desastre. A nova chance, em 2006, não foi desperdiçada. Com o bordão “Um tempo de fazer amigos”, a Copa do Mundo deu ao país a oportunidade de mostrar ao público de quase 6 bilhões de espectadores um povo pacífico e hospitaleiro. “É o tipo de visibilidade que não se pode comprar”, ressalta o consultor para grandes eventos esportivos, Craig McLatchey, durante apresentação no Salão do Turismo, em São Paulo.

A sustentabilidade é recorrentemente explorada como um trunfo brasileiro. A começar da fala de Eduardo Braga, do Amazonas, o único governador a discursar na cerimônia da Fifa, a Federação Internacional de Futebol, em que o País foi homologado como sede: “A iniciativa da Fifa de realizar uma Copa do Mundo no Brasil contribuirá para que o desenvolvimento sustentável ajude nosso povo a conservar esse insubstituível patrimônio ambiental (*Amazônia*). A Copa de 2014 será também o primeiro megaevento global que mobilizará bilhões de pessoas em torno da sustentabilidade do planeta”.

Mas, por enquanto, um Brasil radiografado pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), de 2008, do IBGE, mostra preocupante desequilíbrio entre as pernas da sustentabilidade, com o que será difícil correr em campo: significativo avanço na área econômica, mas tímida melhora na área social e graves contradições na ambiental. “Na social, quase todos os sinais indicam que estamos em um caminho positivo, resta saber se na velocidade necessária. Na ambiental, o número de unidades de conservação cresce enquanto o desmatamento sobe. E, ao mesmo tempo que o País avança em biocombustíveis e energia renovável, a poluição do ar e das águas aumenta”, exemplifica Wadih Scandar Neto, coordenador-técnico e de planejamento global do IDS.

“Já na área econômica, à exceção do risco inflacionário, o País vai muito bem, obrigado”, avalia Scandar Neto. Evolução que até mereceu comentários do editor para as Américas da revista britânica *The Economist*, Michael Reid, para quem o Brasil “começa a se comportar como um país sério”. No texto intitulado “Já é amanhã no Brasil”, o editor avalia a política econômica dos últimos 15 anos e diz que o progresso se baseia em “consensos democráticos, investimento privado e controle da inflação”.

Nada melhor para esquecer o complexo de vira-latas descrito por Nelson Rodrigues, quando o Brasil construía em tempo recorde, para a Copa de 1950, o ciclópico Maracanã, alvo de elogios por uma comitiva também britânica – devidamente registrados pelas crônicas da época. Era a oportunidade de o Brasil – essencialmente agrário e com uma taxa de analfabetismo de mais de 50% – provar a si mesmo a capacidade de empreender, enquanto tinha necessidade imensa de ser reconhecido e respeitado pelos países desenvolvidos. Mas o estádio, diz Wisnik, revelou-se o Titanic Caboclo, o maior navio do mundo que afundou na primeira viagem. Na final, a euforia nacional seria apagada pelo surpreendente placar de 2 a 1 para o Uruguai, uma derrota de profundo significado na época em que as Copas do Mundo tinham forte caráter de identidade nacional e eram usadas por seus governos para fortalecimento político, já desde a década de 1930, com a ascensão do fascismo.

Naquele ano, 1950, quando os países desenvolvidos tentavam se refazer dos destroços físicos, sociais e econômicos causados pela Segunda Grande Guerra, receber uma Copa indicava para o Brasil o reconhecimento de sua capacidade de organizar. Era um momento em que o Brasil precisava também se encontrar, saber onde se posicionar no mundo dividido pelos conflitos.

“Em 50, capacidade de organização era o que se queria transparecer. No dia de hoje, mais que isso, os representantes do governo gostariam de mostrar ao mundo que este é um país responsável”, diz Fatima Martin Antunes, socióloga do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e autora do livro *Com Brasileiro, Não Há Quem Possa!* Segundo ela, trata-se de responsabilidade em todos os campos, na gestão de recursos financeiros, na proteção das florestas, na capacidade em honrar dívidas – chancelada recentemente pela conquista do *investment grade*.

Entusiasmado pela nota alta concedida pelas agências de risco, pelas recentes descobertas de petróleo, pela taxa de crescimento do PIB de 5,8% – e pela esperança em vencer a Copa do Brasil como corintiano –, o presidente Lula declarou em um discurso no início de junho aquilo que, segundo Fátima, se almejava desde os idos de 1950: “O País se encontrou consigo mesmo”. Será? Na ocasião, o presidente chegou a comparar a situação da população brasileira com a da torcida corintiana, que havia recuperado o orgulho de seu time. Dias depois, o Corinthians perderia a final para o Sport do Recife.

Para a Transparência Brasil, a Copa é ótima oportunidade para desengavetar

projeto de lei de acesso à informação pública sobre execução orçamentária

Achar-se em campo

A busca de si próprio e a auto-afirmação parecem temas recorrentes na história brasileira. Wisnik, em Veneno Remédio, ao recuperar idéias de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., escreve que nós, brasileiros, “consequimos a proeza de ser a um só tempo aptos e adaptados, atados e atrasados, e desencontrados de nós mesmos”, o que ganha gravidade no conturbado quadro novo que se coloca. Se na primeira metade do século a imagem do País foi construída por meio do samba e do futebol – e pelo que o crítico literário Antonio Candido chamou de “dialética da malandragem” –, nos dias atuais ela revela seu lado marginal, escancarada pelo crime organizado. Um dos poucos indicadores sociais do IDS que mostram piora é justamente o da mortalidade por homicídio, ao lado dos acidentes de trânsito, o que não deixa de ser outra forma de violência.

País violento, democracia na qual a instituição mais respeitada é a militar – segundo pesquisa de opinião –, um dos mais desiguais socialmente, com índices de educação muito inferiores aos de nações desenvolvidas, e um dos maiores emissores de carbono, principalmente por desmate ilegal de floresta tropical: esses são apenas exemplos de algumas “vidraças” que não exatamente transparecem a imagem de responsabilidade que se queira passar ao mundo.

Isso sem falar na cultura da corrupção, que no mundo dos esportes se revela na cartolagem, e que nos eventos esportivos encontra oportunidades de práticas ilícitas, como favorecimentos políticos e superfaturamentos em obras. Nem é preciso projetar-se até 2014: o Pan de 2007, no Rio, custou 793% mais que o orçado, segundo levantamento da *Folha de S. Paulo*, gerou elefantes brancos e perdeu a chance de deixar legados para a cidade, conforme se prometia – como a despoluição da Baía de Guanabara, da Lagoa Rodrigo de Freitas, e a construção do Metrô entre a Linha Vermelha e Jacarepaguá.

Uma resposta do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, à reportagem de *O Globo*, pescada pelo jornalista e apresentador Juca Kfourri, é um tanto indicativa. A Teixeira foi perguntado se ele se preocupava com qualquer escândalo que possa ser associado à candidatura do Brasil à Copa. Ao que respondeu: “Não, porque não definiremos nada em termos de obras. Nossa missão é simplesmente acompanhar se os projetos estão sendo tocados. E aí, pergunto: que culpa você pode ter se por acaso o governador levou dinheiro, se houve superfaturamento? Aconteceu nos EUA, na Alemanha, é incontrolável”.

Em prol de uma organização transparente e ética, Kfourri sugere a formação de um comitê de cerca de oito brasileiros notáveis, o que promoveria maior vigilância e acompanhamento do que será feito. Partilha da mesma opinião o urbanista Jorge Wilhelm. “Não dá para entregar isso como cheque assinado em branco”, diz. “O ideal é que tivesse uma comissão não fechada nos entes esportivos, mas com representantes dos jogadores, do turismo, da indústria, entre outros.”

A comparação com países desenvolvidos é inevitável. Fabiano Angélico, coordenador da Transparência Brasil, cita o exemplo da Inglaterra, que vai sediar a Olimpíada de 2012. Lá, o National Audit Office, correspondente ao Tribunal de Contas da União (TCU), produz relatório sobre a preparação para o evento anualmente desde 2005, quando Londres foi escolhida como sede. “Aqui o TCU ainda está devendo relatórios sobre o Pan. Então chega a ser platônico imaginar que eles vão se preparar para algo que vai acontecer daqui a alguns anos.”

Para Angélico, a Copa é uma excelente oportunidade para desengavetar o projeto de lei de acesso à informação pública, que, segundo ele, dorme na Casa Civil desde 2006. “Já existem algumas ferramentas para acompanhar execução orçamentária, mas é voluntário. Se você tiver alguma dúvida e quiser uma informação adicional, o órgão pode simplesmente se recusar a fornecer.” O momento também é especial, porque a Copa acontecerá na esfera municipal, instância mais difícil de fiscalizar que os estados e a União. Somente São Paulo e Rio de Janeiro têm Tribunal de Contas. As cidades de Belo Horizonte ou Salvador, por exemplo, não têm órgão de controle nem interno nem externo.

Tática de jogo

É de se perguntar se faz sentido o argumento de Ricardo Teixeira de que a Copa terá principalmente investimentos privados – ao contrário do Pan – e isso reduziria o risco de corrupção. “Não. Ainda que a iniciativa de promover o espetáculo seja de um ente privado, quando se trata de evento de grande vulto, isso inevitavelmente tem a participação do poder público”, responde Angélico. “A preocupação, aliás, aumenta”, prossegue ele, pois “uma das principais fontes de corrupção é a dispensa de licitação. Como o evento tem uma data fixa, aí existe aquela coisa: ‘Não vai dar tempo, pula a licitação’. Isso tudo precisa ser planejado

Um comitê de cidadãos notáveis restringiria a corrupção que poderá rolar solta na preparação do evento



O que diz a Fifa Comitê que inspecionou as 18 cidades candidatas a sediar os jogos foi bem generoso

O relatório produzido pelo comitê de inspeção da Fifa, que ao longo de 2007 visitou as 18 cidades candidatas a sediar os jogos, foi bastante generoso. Mesmo em meio à crise aérea, os inspetores concluíram que o Brasil tem bons aeroportos. Sobre segurança pública, a equipe avaliou que “a percepção geral do público é pior que a realidade”, mesmo sendo essa uma preocupação em algumas cidades.

Quanto à hospedagem, São Paulo, que deve receber a partida de abertura, sai na frente com mais de 200 hotéis selecionados com capacidade para 30 mil quartos. A Fifa demanda um mínimo

de 55 mil quartos para todas as localidades. Quatro cidades tiveram sua rede hoteleira avaliada como insuficiente.

Entre os 18 estádios avaliados, 14 teriam de ser reformados e quatro novos precisariam ser construídos – em Maceió, Natal, Recife e Salvador. A infra-estrutura de transporte urbano baseada em ônibus, combinada aos projetos apresentados de expansão metroviária, foi considerada suficiente. Mas o relatório ressalva que “apenas umas poucas cidades-sede deram informação do total de verbas públicas alocadas para investimentos em infra-estrutura”.

Para Juca Kfourri, o Brasil precisa mostrar seus autênticos estádios reformados e evitar o mau uso de dinheiro público em futuros elefantes brancos

com muita antecedência, até para que os órgãos de fiscalização e controle possam mapear esse caminho”.

“No Brasil, o planejamento está ‘devagaríssimo’”, avalia José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco). “Madri já está se planejando. E olha que é uma cidade candidata às Olimpíadas de 2016, nem escolhida foi ainda (concorre, entre outras, com o Rio). Eles lançaram, por exemplo, um concurso de arquitetura para apresentação de projetos. São coisas que não custam praticamente nada, e que nós também poderíamos fazer agora.”

Entre os poucos passos dados, a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) fechou um convênio com o Ministério do Esporte para produzir um diagnóstico do déficit em infra-estrutura nas 18 cidades candidatas, com prazo para apresentação dos resultados em 12 meses. Outro raio X, com conclusão prevista para daqui a um ano, deverá vir da Fundação Getúlio Vargas, que assinou convênio semelhante com o Ministério do Turismo. E o Sinaenco está realizando uma bateria de seminários nas 18 cidades candidatas ao longo deste ano. Entre oito e doze cidades serão escolhidas pela Fifa em 2009. “O ideal era que todo esse diagnóstico já tivesse sido feito”, diz Ralph Terra, vice-presidente da Abdib.

Walter Feldman, secretário Municipal de Esportes, pondera que pelo menos em São Paulo o atraso não é tão grande: “O pessoal do estado vem fazendo a sua tarefa da Linha 4 do Metrô, que vai dar acesso ao Estádio do Morumbi. As questões de segurança, saúde e de hotéis estão praticamente resolvidas”, garante. Além dos investimentos no Metrô, destaca o programa de inspeção veicular, que começa a funcionar este ano, primeiro com a frota de ônibus. Segundo ele, quando todos os veículos forem submetidos à adequação, haverá redução de 30% nas emissões de poluentes de veículos na cidade.

Hora da reforma

Enquanto isso, corre o burburinho sobre a necessidade de construir estádios, em vez de reformar os existentes. Pesa sobre essa discussão a recente tragédia do Estádio da Fonte Nova, em Salvador, quando o desabamento de um pedaço da arquibancada matou sete torcedores.

Para a Copa na França, lembra Kfourri, foi construído um estádio apenas. Nos EUA, nenhum. No Brasil, segundo Kfourri, uma Copa pode revelar o gigante que acordou virando grande potência, mas precisa mostrar o que tem: seus autênticos está-



dios reformados, em vez de cópias da sofisticadíssima arena de Munique, que só tem a ver com Munique, não com o Brasil. “Se a organização pensar de maneira megalômana, será uma Copa para o brasileiro da Bélgica, não o da Índia, na chamada Belíndia.” O que vale tanto para o acesso aos jogos como para as transformações do lado de fora dos estádios.

Argumenta-se aqui que o Maracanã e o Morumbi não têm estacionamentos, o que os inviabilizaria. Mas, segundo o jornalista, o conceito moderno é justamente evitar o excesso de veículos e de poluição no local, construir bolsões distantes onde se deixa o carro e incentivar as pessoas a ir de Metrô ou ônibus. Em recente artigo, escreveu: “Na Alemanha, era preciso andar muito a pé para chegar a suas modernas arenas. Em Londres, o novíssimo estádio do Arsenal nem estacionamento tem. O novo Wembley terá um que será a metade do que tinha no velho Wembley. Claro, Londres tem mais de 400 quilômetros de metrô, mas é nisso que precisamos pensar para 2014, e não em estacionamentos”.

A Copa de 2006, na Alemanha, é tida como paradigmática em sustentabilidade. Todos os centros de eventos e estádios contavam com estacionamento gratuito para bicicletas e houve uma campanha para incentivar a população a se deslocar de *bike*. Os ingressos foram vendidos juntamente com passes para o transporte público. Além disso, no Berlim Olympic Stadium foi

instalada a maior cisterna da Europa, com capacidade para 1,67 milhão de litros. Em Kaiserslautern, Dortmund e Nuremberg foram instaladas placas de captação de energia solar. Os estádios de Munique e Nuremberg receberam uma certificação ambiental, a Eco-Management and Audit Scheme. As bebidas nos estádios eram vendidas em copos

retornáveis. E para minimizar o enorme impacto em emissão de carbono de um evento deste porte, estimou-se a neutralização de carbono de 100 mil toneladas com recursos de patrocinadores da ordem de 1,2 milhão de euros, investidos na produção de energia “limpa” na Índia e na África do Sul.

No Brasil, a então ministra do Turismo, Marta Suplicy, em junho, prometeu investir R\$ 38 bilhões em transporte, mobilidade e acessibilidade nas cidades-sede, dos quais somente São Paulo – onde ela deve concorrer à prefeitura – absorveria R\$ 11,8 bilhões em 140,4 quilômetros de Metrô e R\$ 3,7 bilhões em 416,5 quilômetros de corredores de ônibus. De um lado, as exigências mínimas da Fifa custariam R\$ 11 bilhões, segundo a CBF. Já re-

Barcelona é considerada um modelo de inovação, graças às Olimpíadas.

Mais de 60% dos investimentos destinaram-se a melhorias em infra-estrutura



IVO GONZALEZ / AG. O GLOBO

No Rio, o Pan custou quase oito vezes mais que o orçado, e não cumpriu a agenda socioambiental prometida

portagens recentes citam estimativas extra-oficiais da ordem de R\$ 18 bilhões.

Mais importante que as cifras é usar o evento esportivo como mote para uma reforma do País, nos sentidos político, ético, social, ambiental e urbanístico. É o que se passou com Barcelona, considerada um modelo de inovação, graças às Olimpíadas.

Na cidade espanhola, 60% do orçamento de 10 bilhões de euros destinados ao evento foram para infra-estrutura e metade dele correspondeu a investimentos privados. Um dos reflexos deu-se no turismo: o número anual de visitantes internacionais dobrou para 5 milhões, equivalente ao que o Brasil inteiro recebe por ano. “Barcelona conseguiu mobilizar recursos do país todo no sentido de se refazer e se modernizar. Depois dos Jogos, é uma cidade modificada, com muitos hotéis e excelente transporte”, diz Jorge Wilhelm.

O urbanista lembra que o poder de mudança de uma Olimpíada é muito mais visível, já que o evento se concentra em uma única cidade. “Mas o efeito disseminado da Copa pode ser muito importante para as cidades-sede, suas regiões metropolitanas e ainda outros estados que não devem receber partidas, mas que gostariam de receber as delegações, como o Espírito Santo”.

Para Kfoury, por outro lado, o que se anuncia para o Brasil é desperdício de dinheiro público em novos estádios, sinônimos de elefantes brancos tão logo a Copa termine.

Prosa, poesia ou marketing?

Foi um texto do cineasta Pier Paolo Pasolini, em 1971, que capturou o interesse de Wisnik pelo futebol, conta ele em entrevista à revista *Brasil – Almanaque de Cultura Popular*, dirigida por Elifas Andreato. Pasolini dizia que o futebol pode ser jogado em prosa ou poesia. Prosa é como um discurso linear, defensivo, com triangulações para a finalização – um silogismo, raciocínio que se desenvolve e conclui no chute a gol. E que os sul-americanos, em especial os brasileiros, não jogam assim, são monstruosos atacantes e dribladores, criam espaços onde não há, por caminhos não-lineares; um jeito de ser que atingiu o ápice em 1958, especialmente pelas pernas de Garrincha. Wisnik achou a metáfora perfeita para um país encontrando os próprios caminhos, tortuosos, elípticos, mas extremamente originais. Tratava-se da afirmação de um modelo autêntico, emergente, de uma sociedade com inteligência própria e moderna, mas que viria

Na era transnacional dos clubes de futebol e da integração dos mercados,

a "várzea" é celeiro de craques e de *commodities* para países desenvolvidos



MOACYR LOPES JUNIOR / FOLHA IMAGEM

Assim como na época do "O petróleo é nosso", o fantasma da soberania emerge a ser abafada pelo conservadorismo da ditadura militar na década seguinte. O futebol-poesia também subvertia a geopolítica mundial, transformando os países subdesenvolvidos em superpotências diante dos EUA e da Ásia.

E o que o Brasil seria hoje: prosa ou poesia? Após a redemocratização, o futebol foi levado pela onda dos mercados globais, das corporações transnacionais, dos grandes contratos publicitários, da transformação dos jogadores em celebridades pela mídia. "A Copa de 1998 é a primeira em que não existe nada que não seja gratuito. Não há ninguém que não seja contratado por alguém", diz Wisnik. Sai de campo a identidade nacional, entra a globalização dos mercados, enfraquecendo as fronteiras soberanas. Não é Brasil versus França na final, é Ronaldo/Nike versus Zidane/Adidas – uma era inaugurada na Copa de 70, a primeira com transmissão mundial ao vivo pela tevê, pontapé inicial da espetacularização do evento, das marcas e dos jogadores.

"Em 2006, o Parreira me dizia que os jogadores brasileiros eram celebridades que eventualmente jogavam futebol", conta o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. "Hoje não há hipótese de ver um jogador como vi o Zico, chorando atrás do ônibus da Seleção na Copa de 1982 (*quando perdeu para a Itália*)", relata Kfourri.

Belluzzo acredita que a Copa do Mundo hoje é um dos últimos refúgios do nacionalismo. "Em reflexo da globalização, talvez ela seja transformada em uma Copa dos Clubes, não mais das seleções", diz. Basta ver como a moçada no Brasil hoje é antenada no Real Madrid, no Milan, no Chelsea, e muito pouco na Seleção.

Faz todo o sentido no capitalismo global: são os clubes que obtêm recursos publicitários para contratar os melhores jogadores, trazidos da periferia do mundo. Na última Copa, entre os escalados apenas três brasileiros jogavam no País. Da mesma forma que a várzea é a fonte de craques para os times da Série A do Campeonato Brasileiro, o Brasil é um dos celeiros para os clubes do Primeiro Mundo, compara a socióloga Fatima Antunes. E, extrapolando a analogia, os celeiros são os países periféricos – mas potências ambientais, o que também subverte a geopolítica mundial – exportando suas riquezas naturais e sua "biocapacidade" para as nações ricas. (*leia sobre a biocapacidade dos países à pág. 46*)

Global e local

No momento em que as fronteiras políticas parecem flui-

das com a transnacionalização e a consciência dos problemas ambientais globais, algumas instâncias da sociedade brasileira recuperam o fantasma da perda de soberania. Tem sido assim com a discussão sobre a Amazônia, a exploração da biodiversidade e a reserva indígena Raposa Serra do Sol, para citar alguns exemplos – assim como na época do "O petróleo é nosso". "A Amazônia é como vidro de água benta. Todos acham que podem meter o dedo", discursou Lula no Dia Mundial do Meio Ambiente, ao deixar claro que não aceitaria palpites sobre a floresta. Nesse contexto, é compreensível a vontade de parecer responsável ao mundo, inclusive na gestão de suas florestas, como aponta Fatima.

Adrian Garda, diretor do Programa Amazônia da ONG Conservação Internacional, garante que há não pessoa séria nos círculos internacionais que questione ou desafie a soberania brasileira. "O que tem são grupos fazendo uso inescrupuloso do nacionalismo para defender seus interesses. Já a colaboração técnica e de recursos com estrangeiros pode ser muito benéfica à conservação da floresta", diz. O Brasil inclusive criará um fundo para receber doações internacionais para proteção da Amazônia e combate aos gases de efeito estufa, mediante o compromisso de atacar o desmatamento (*reportagem e entrevista às páginas 52 e 60*). Proposta à qual inicialmente o presidente Lula resistiu e foi tranquilizado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de que não apresentava riscos à soberania (*entrevista à pág. 12*)

Até mesmo o futebol ensina que globalização não significa perda das raízes, nem da identidade local. Escreve Wisnik: "Mais do que todos os outros fenômenos de massa, o futebol é centrífugo e centrípeto: atinge as bordas mais distantes e reporta-se ciclicamente a ritos centralizados em escala regional, nacional e mundial." Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, o historiador Eric Hobsbawm afirma que o futebol sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, globalização e xenofobia nos dias de hoje. "Os clubes viraram entidades transnacionais. Mas, paradoxalmente, o que faz o futebol popular continua sendo a fidelidade local de um grupo de torcedores para com uma equipe."

O Brasil da globalizada Copa de 2014 mais do que nunca precisa do apoio e participação de seus torcedores locais – cidadãos brasileiros – que não marquem gols contra, fazendo jus ao título de potência ambiental. E que não entreguem os pontos tão cedo, pois, como se diz na gíria futebolística, o jogo só acaba quando termina.